



Anais da Assembléia

N° 006

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 04.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 1996

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Techy e Irineu Colombo.

Às 10 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello e Renato Adur (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 157, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Curitiba, quinta, em 29.02.96

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO N.^o 130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n.^o 419/95.

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO N.^o 124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em 01.01.96, do Sr. Agripino Barnabé Ferreira.

Esta pessoa ajudava muito a comunidade de Ponta Grossa; deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à rua Heitor Ditzel, 317 - Jd. América - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.^o 125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Farid Guérios, ex-Prefeito Municipal de União da Vitória, no período de 1959 a 1963.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, assim como ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 76 anos de idade, faleceu o Sr. Farid Guérios, ex-Prefeito Municipal de União da Vitória, no período de 1959 a 1963.

O extinto deixou viúva Dona Luiza e os filhos: Luiz Farid, casado com Maurem Dornit Guérios e Janete, casada com o Dr. Gilberto Serpa Griebeler.

O passamento de Farid Guérios veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, ente os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Farid.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Farid Guérios, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do Sr. Farid Guérios para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará seu servo Farid sob sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre, e por toda a parte, com a luz celeste para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Guérios, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Everaldo Bocalon, do Município de Guaraniaçu-PR.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência à família Bocalon.

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Guaraniaçu se encontra em profundo estado de pesar pelo infausto passamento do Senhor Everaldo Bocalon, prematuramente retirado do convívio de todos.

Pioneiro dos tempos heróicos em que a grandeza do Oeste estava começando a ser construída, Everaldo Bocalon plantou as raízes da prosperidade pessoal, alicerçado na disposição férrea para o trabalho sério e honesto. Progrediu materialmente, não se esquecendo, no entanto, da atuação em prol da comunidade, abraçando causas que revelavam apego à justiça social. Não se des-

cuidou de ajudar - sempre que possível - o próximo, ensejando condição para que muitos tivessem melhor qualidade de vida.

Marido exemplar e pai extenso, fez da família o suporte necessário para modelar sua vida de cidadão honrado. Deixou para seus dependentes grandes exemplos de dignidade, firmeza e correção em seus atos e comportamentos.

Por tudo isso, a perda do Senhor Everaldo Bocalon do nosso convívio enche-nos a todos de dor e sofrimento.

Resta-nos rogar que Deus ampare sua alma e conforte seus familiares.

REQUERIMENTO N° 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de Informação ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda solicitando informação:

- 1 - Quantas e quais as empresas retiraram Cópia do Edital da Licitação BANESTADO VICAD/DINFO n° 133/95?
- 2 - Quais apresentaram proposta?
- 3 - Qual foi a empresa vencedora e quais critérios usados?
- 4 - Houve algum recurso administrativo ou ação judicial de alguma empresa em relação a este processo?
- 4.1 - Se houve ação judicial, qual o seu número e em que Vara está tramitando?
- 5 - Cópia do Contrato assinado entre a empresa vencedora e o BANESTADO.

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de Pedido de Informação, ao Exmo. Sr. Armando M.B. Raggio, Secretário de Estado da Saúde:

- 1 - Quantas empresas retiraram o Edital de Concorrência n° 10/95 (compra de material cirúrgico e ambulatorial)?
- 2 - Quantos participaram da concorrência?
- 3 - Qual foi a empresa vencedora?
- 4 - Qual foi o critério usado?
- 5 - Lista de material comprado e o respectivo preço?

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 031/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições

Gaúchas Porteira dos Municípios, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Tradições Gaúchas Porteira dos Municípios, promove eventos de fundo social, cultural, artístico e beneficente, bem como auxilia as entidades sociais de Ponta Grossa e região. Realiza apresentações artísticas em escolas municipais, estaduais, creches e em desfiles comemorativos.

O CTG Porteira dos Municípios participa de todos os Rodeios da 2ª Região em mais de 15 modalidades, procurando divulgar o tradicionalismo pelos municípios vizinhos e em todo o Território Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aqui refletir um pouco sobre o nosso Parlamento, dizer da satisfação que temos em assumir a liderança do Partido dos Trabalhadores. Tivemos uma reunião entre os cinco Parlamentares do nosso partido, onde definiu-se dentro já de uma visão de fazer um rodízio entre os vários Parlamentares, e que, desta vez seria este Deputado o líder. Com tudo, quero aqui fazer uma homenagem e um reconhecimento ao trabalho prestado pelo Deputado Ângelo Vanhoni quando esteve, a frente da liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. O Deputado Ângelo Vanhoni, todo o mundo sabe, é uma pessoa de grande conhecimento da vida política, um indivíduo que tem informações precisas do ambiente do poder do Estado do Paraná, do processo da administração pública do nosso Estado, e tem colaborado e vai colaborar muito para o engrandecimento deste Partido, que é um partido que tem linha política definida, tem uma proposta clara para a população, é um partido na exata concepção da palavra, que tem postura, cobra dos Parlamentares como somos cobrados a fidelidade partidária, a fidelidade é o nosso programa.

Num momento em que o Parlamento, principalmente o Parlamento Federal, o Congresso Nacional, está sendo bombardeado, assim como nós, a nossa Assembléia de certa forma esta sendo questionada pela sociedade, queremos aqui refletir a importância do Parlamento e das pessoas que dele participam. Agora, por exemplo, temos a questão da extinção do IPC - Instituto de

Previdência dos Congressistas, colocam todos os Deputados na mesma situação, na mesma crítica, porque é muito fácil atacar o Parlamento, porque se ataca no geral - os Deputados - agora ninguém ataca as pessoas individualmente, porque aí tem direito de resposta, tem ações individuais de contestação.

O Partido dos Trabalhadores tem sido um partido que tem combatido veementemente as aposentadorias privilegiadas, sejam elas, no Judiciário, no Executivo e muito especialmente no Legislativo. Aqui no Paraná o primeiro Líder do partido, único Deputado que elegemos naquela ocasião, Deputado Pedro Tonelli, abraçou a batalha de discutir a previdência deste Parlamento, a Previdência privilegiada dos Deputados e conseguiu o consenso naquele momento de extinguir o FEPPA. Então os Deputados do Paraná têm dado esse exemplo. Lá no Congresso o único partido que se negou veementemente a receber e tem mandado ofício negando o recebimento da aposentadoria, apesar de ser descontado em folha dos nossos Parlamentares, foi o PT.

Então, neste momento aparecem alguns, que querem ser donos de uma bandeira e acabar com o privilégio da aposentadoria do Congresso, como por exemplo; o Presidente da Casa Luiz Eduardo Magalhães, que já está aposentado pela Previdência Especial, lá da Assembléia da Bahia.

Agora antes, e somente, atacar os Parlamentares. Seria muito importante, que aqueles que têm poder de informação no Brasil, também vissem ao mesmo tempo os privilégios que existem em outros setores.

O SR. ANIBAL KHURY (Presidente) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado. Concedo a prorrogação de tempo, no Horário das Lideranças para você.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado, Sr. Presidente.

O privilégio que existe em outros setores também, e que nós do Partido dos Trabalhadores temos combatido. No entanto não se tem dado a devida importância, não tem dado eco a nossa batalha. Mas vamos continuar firmemente com esse propósito, porque ser Líder de um partido como o nosso não é tarefa difícil, por que nós temos uma linha a seguir, nós temos conduta programática, nós temos uma cultura de discussão coletiva que acaba somando, porque pensando em cinco, tem mais chance de acertar do que se um apenas pensasse.

Então com esta alegria estamos assumindo o Partido dos Trabalhadores, e querendo aprender com os Senhores Parlamentares, com os outros Líderes, com a Mesa Executiva da Casa, a conduta correta que

deve ter, e a conduta acertada que devemos tomar, para fazer uma boa liderança. Para expressar acima de tudo a vontade do coletivo do Partido dos Trabalhadores, a vontade do coletivo, dos Parlamentares, aqui nesta Casa. E acima de tudo aprender com um dos grandes Líderes que o Partido já teve aqui: foi o Deputado que me antecedeu, Ângelo Vanhoni, que tem prestado significativo serviço a esta Casa, ao Parlamento Paranaense, a sociedade paranaense e muito tem a contribuir também, continuar contribuindo com seu espírito de liderança, sempre presente mesmo não estando oficialmente na Liderança.

Obrigado. Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ANIBAL KHURY (Presidente) - Horário das Lideranças.

PDT.

PSDB, Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, só queria destacar que eu havia pedido a minha inscrição no Pequeno Expediente e o Deputado Luiz Carlos Zuk me inscreveu, não sei se o Senhor não percebeu.

O SR. ANIBAL KHURY (Presidente) - Foi um lapso da minha parte e peço desculpas a Vossa Excelência.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente.

O que nos trás a esta Tribuna hoje - eu disse ontem que traria a esta Casa hoje, cópia do documento que recebi. Cerca de 29 Senhores Deputados assinaram no final do ano passado, no final do recesso Parlamentar, antes do recesso, um pedido de informação à Secretaria de Comunicação Social do Governo, para saber quanto gastamos e o que fizemos com o dinheiro da Comunicação Social. E recebi recentemente os dados, e comecei a comparar esses dados da Secretaria de Comunicação Social para que pudéssemos analisar de que forma que o governo gastou o dinheiro e quem foi beneficiado.

Na verdade, o Secretário não me respondeu de acordo com o ofício de que o nosso pedido, o nosso requerimento era que ele desse maiores detalhes, mas ele deu detalhes preliminares, deixou de atender a pedido desta Casa, que era um requerimento bastante sério e que solicitava onde foram gastos os recursos da Secretaria de Comunicação. O Secretário não nos respondeu de acordo com o requerimento, quer dizer, deixou de atender algo que foi solicitado nesta Casa, aprovado pelos Senhores Deputados. Para mim, foi um desrespeito ao Parlamento do Paraná e particularmente aos Deputados que assinaram esse documento. Ele desrespeitou, no meu ponto de vista.

Senhor Presidente, está nas mãos dos

Senhores Deputados a cópia desse pedido de informação, onde o Secretário Lichinski afirma que no ano de 95 foram gastos um milhão, novecentos e quatorze mil reais apenas com publicidade, pela Secretaria e há uma preocupação, porque no início do governo fizeram várias licitações e que tudo iria passar pela Secretaria de Comunicação e que agora estranhamos que esse número seja tão baixo em função de tanta mídia espalhada pelo Estado do Paraná - e eu até ousaria dizer - quem sabe, fora do Estado do Paraná, porque não recebemos os números exatos e detalhados que precisávamos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O governo nos informa que o valor empenhado no exercício de 95 foi de 1.910.000,00. Valor pago: 1.814.000,00 e há um déficit que ainda falta pagar de noventa e cinco mil reais que o Governo deve ainda, mas o que estranhamos logo depois desse documento assinado pelo Secretário Lichinski, procuramos e encontramos num jornal de Cascavel, a "Gazeta do Paraná", uma nota oficial do mesmo secretário, admitindo lá que ele gastou 20 milhões, seiscentos e quarenta e oito em propaganda.

Está meio confusa a coisa, a ponto de o jornal "Gazeta do Paraná", de Cascavel colocar nas páginas que o governo havia gasto quarenta e um milhões. O governo respondeu dizendo que estava errado o jornal e que havia gasto vinte e para nós, ele responde apenas um e pouco.

Então, Senhor Presidente, a coisa não está bem esclarecida aqui e acho que cabe a nós Deputados, investigar isso, cabe a nós Deputados nos aprofundarmos naquilo que se torna uma coisa preocupante, que é muita conversa, muita propaganda e já se fala muito disso e pouca ação. Então está na hora de começarmos a pensar nisso. Será que o governo gastou apenas um milhão, novecentos e quatorze em propaganda pela Secretaria? E os outros órgãos ligados ao governo? E ainda nesse documento mandado ao jornal, nessa nota oficial, o próprio secretário diz que os contratos firmados encerram-se dia 31.12.95. O próprio secretário diz ainda que de acordo com a lei, pode ser aditivado em até 25% esses vinte milhões. Então, Sr. Presidente, precisamos dar uma olhada com muita profundidade nisso, porque alguma coisa aqui parece não estar bem.

Precisamos ter esclarecimentos a respeito desse dinheiro gasto com propaganda no Paraná e o Senhor Secretário não nos respondeu a contento o nosso requerimento, um requerimento aprovado pelos Senhores Deputados, aprovado por essa Casa, aprovado pelo respeitado Parlamento do Estado do Paraná. Ele não nos respondeu, ele não nos disse para quem foi a verba, apenas nos

colocou que as agências de publicidade receberam, mas queremos saber quem é que está recebendo, quais os veículos de comunicação que estão recebendo essa verba, porque se sabe que aqui na capital do Estado grandes veículos de comunicação e quem sabe até seja esta a causa de pouco aparecimento dos trabalhos às vezes de alguns Deputados desta Casa, que estejam recebendo grande quantidade e outros quase nada.

Então, Sr. Presidente, compete a nós investigarmos, convocarmos o Secretário para vir a esta Casa dar explicações. Acho que está na hora do Secretário de Comunicação Social vir a esta Casa dizer aos Senhores Deputados onde gastou o dinheiro, quanto que gastou, quanto que os órgãos ligados ao Governo gastaram, quem foram os beneficiados, quem recebeu este dinheiro, as emissoras do interior, a grande maioria não recebeu absolutamente quase nada e aqui na capital do Estado, a grande fatia do bolo chamado grana da comunicação ficou aqui na capital do Estado.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de propor ao Líder do Governo, nosso eminente Deputado Algaci Túlio, que trouxesse o Secretário a esta tribuna, viesse aqui semana que vem nos dizer quanto foi gasto, ou se ele não quiser vir temos que caminhar por outro caminho, que é um caminho mais conclusivo, um caminho mais difícil, mas vamos ter que caminhar que é a abertura de uma CPI para investigar isto.

Então fica aqui a proposta para que o Secretário venha a esta Casa, acompanhado dos seus assessores e nos diga aonde foi aplicado isto. Caso contrário, Sr. Presidente, acho que está na hora de propor uma CPI para ver quanto se gastou em mídia e se esse dinheiro aplicado em outros setores do Paraná não iria melhorar os salários dos funcionários e até dos professores do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e antes de finalizar, o Senhor que é um grande companheiro da Cidade de Carambeí, o Senhor teve lá a maior votação, agora a Cidade de Carambeí, projeto seu de emancipação, o Senhor sabe que do lado de Carambeí tem uma cidade chamada Ponta Grossa que é a capital dos Campos Gerais e esta cidade, Sr. Presidente, volta a reivindicar aqui, diante deste Parlamento e do governo do Estado, o que lhe é de direito em nome de todas as cidade dos Campos Gerais, um cargo de primeiro escalão no Governo do Estado. Os Campos Gerais, inclusive Carambeí, inclusive Ponta Grossa e outras cidades não podem ser esquecidas como estão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu é que agradeço.

PFL, PTB, PMDB, PDT, Liderança do Governo.

(Declinam).

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas para parabenizar a Mesa pela distribuição nos Gabinetes desse exemplar do "Legislativo do Paraná na Imprensa", porque acho que com isto V.Exa. facilita aos Parlamentares desta Casa a leitura dos fatos políticos nos jornais do Estado do Paraná e agiliza o processo igualitário de jornais em todos os Gabinetes.

Apenas para registrar nos Anais desta Casa o reconhecimento por este trabalho prestado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço

V.Exa. e a conselho de V.Exa. é que a Mesa tomou esta atitude.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Apreciado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 419 por 10 (dez) sessões.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/95, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o Lar Menino Jesus, de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Apreciado. (Publ. no D.A. nº 96/95, de 16.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 311/95

P A R E C E R:
O presente plano de lei de autoria do

eminente Deputado Edgar Bueno, visa declarar de Utilidade Pública Estadual o Lar Menino Jesus de Cascavel.

Ao proceder à análise verificamos que o mesmo encontra-se dentro dos parâmetros da lei de Utilidade Pública, inclusive já sendo de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n° 1.683/83 da Prefeitura de Cascavel.

Somos de parecer favorável à sua tramitação normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 493/95, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro em União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 166/95, de 23.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 493/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro em União da Vitória.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 495/95, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Poetas e Escritores, e Jornal da Poesia com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 166/95, de 23.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 495/95

P A R E C E R:

O plano de lei do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Poetas e Escritores, e Jornal da Poesia com sede e foro nesta Capital.

A matéria atende aos aspectos da constitucionalidade e da técnica legislativa, cumprindo também todos os requisitos da Lei n° 6994/95.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 533/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Magistrados do Trabalho da 9.ª Região - AMATRA IX, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 177/95, de 06.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 533/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Magistrados do Trabalho da 9.ª Região - AMATRA IX, com sede e foro nesta Capital.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, requeiro à Mesa mudança da data de um Requerimento aprovado ontem. Em contato com Vossa Excelência, solicitando o uso do Grande Expediente - 15 minutos - para o uso da palavra para a Comunidade Avá-Guarani, solicitamos o dia 12 de março.

Foi aprovado no Plenário desta Casa ontem, e consultando a assessoria de Vossa Excelência, está ocupada essa data já com uma sessão especial, e requeiro verbalmente a transferência para o dia 13. Somente esta data.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deferido.

Sobre a mesa Requerimento n° 113, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. EMERSON NERONE (Para encaminhar) -

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Algaci Túlio, demais Deputados, fizemos este pedido de informação uma vez, no ano passado, em abril ainda, denunciávamos junto à Procuradoria Geral do Estado que havia um processo ao nosso ver irregular que contratava, através de um simples decreto, uma assinatura de um convênio, sem licitação, uma cooperativa de médicos do DETRAN, chamada COMED, que praticamente monopolizaria todo o serviço psicotécnico no Paraná. A Procuradoria Geral do Estado deu um parecer favorável à nossa representação e encaminhou ao DETRAN um pedido de que houvesse então uma licitação junto a esse serviço.

O DETRAN acolheu esse pedido da Procuradoria Geral do Estado, publicou um edital de convocação, e o fez nos moldes exatos da nossa representação.

Gostaria de ter essa documentação da licitação inclusive com o ganhador, exatamente para depois esclarecer que aquela nossa denúncia no ano passado não era apenas uma denúncia infundada, quer dizer, havia um erro jurídico. Isso é apenas para complementar a documentação já que essa licitação foi feita de forma correta dentro do que manda a lei, e o ganhador obviamente concorreu com outras possibilidades de ganhadores no Paraná, que conhecemos, e ainda não nos foi informado por telefone o ganhador, mas temos certeza que o processo é completamente regular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao Requerimento.

Os Senhores Deputados que apóiam o Requerimento conservem-se como estão.

Apoiado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se.

Nove Senhores Deputados aprovam o Requerimento.

Senhores Deputados que o rejeitam queiram levantar-se.

Sete.

O SR. EMERSON NERONE (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, até há pouco achávamos que o processo tinha sido regular.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há quórum para a votação.

A Mesa quer informar aos Senhores Deputados que determinou ao serviço de segurança da Assembléia que obstasse as obras que a Prefeitura está fazendo aqui na en-

trada do nosso prédio. Achamos que vai atrapalhar bastante e vai impedir, em caso de incêndio, que os caminhões do Corpo de Bombeiros possam entrar aqui na Assembléia, além de prejudicar bastante o tráfego. Foi uma decisão da Mesa da Assembléia sem consulta aos Órgãos da Prefeitura porque eles também não consultaram a Assembléia se podiam realizar esta obra.

É só para efeito de comunicação aos Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ MARIA FERRERIA - Parabéns, Presidente, porque ia causar problemas, como já está causando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está causando problemas.

Vamos ter alguns probleminhas pela frente mas a obra está interdita "mano militar".

O SR. ALGACI TÚLIO - Quando assumirmos a Prefeitura saberemos fazer a consulta a V. Exa., discutiremos um projeto urbanístico que venha de encontro à necessidade da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Creio firmemente na sua disposição e Deus que o ajude a se eleger Prefeito de...

O SR. ALGACI TÚLIO - Com a ajuda de Deus chegaremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão para segunda-feira, com a seguinte Ordem do Dia.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Está na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 156/95? Tinha sido adiado por 2 sessões voltando para a Ordem do Dia na segunda; pergunto se foi contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Saiu ontem?

O SR. DOUTOR ROSINHA - Saiu quarta e quinta, duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será incluído na sessão de terça-feira.

Requerimento nº 121, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Moura e Irineu Colombo, com apoio dos Senhores Deputados Beto Richa, Miltinho Puppino, Péricles Mello e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 124, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 125, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 126, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 127, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos n°s 128 e 129, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 311, 493, 495 e 533/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 175, 291 e 402/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Luiz C. Romanelli, Nelson Eduardo Trevisan, Toti Colaço, Antonio Annibelli, Emerson Nerone, Basílio Zanusso, Antonio Belinati, Cezar Silvestri, Edson Silva Lino e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as atas de reuniões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução 61/95 do Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 02) Projeto de Lei 523/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer Favorável do De-

putado José Tavares - APROVADO; 03) Projeto de Lei 256/91 do Deputado Edson Lino. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 514/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 05) Projeto de Lei 475/95 do Deputado Orlando Pessuti. Concedido vistas ao Deputado Toti Colaço; 06) Projeto de Lei 490/95 do Deputado Luiz C. Romanelli. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 07) Projeto de Lei 504/95 do Deputado Edgar Bueno. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 08) Proposição Veto 38/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei 12/95 do Deputado Nelson Tureck. Parecer Favorável do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei 428/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável à Emenda n° 01 e contrário às Emendas n° 2, 3 e 4, do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 11) Projeto de Lei 508/95 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer Favorável do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 12) Projeto de Lei 494/95 dos Deputados Orlando Pessuti, Edson Lino e Milton Puppio. Parecer Favorável na forma da Emenda anexa, do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 13) Projeto de Lei 499/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 14) Projeto de Lei 525/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 15) Projeto de Lei 414/95 do Deputado Jocelito Canto. Parecer Favorável do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 16) Projeto de Resolução 55/95 do Deputado Carlos Simões. Concedido Vistas ao Deputado Nelson Justus; 17) Projeto de Lei 526/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 18) Projeto de Lei 421/95 do Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 19) Projeto de Lei 492/95 do Deputado Luiz C. Romanelli. Parecer Favorável do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 20) Projeto de Lei 522/95 da Deputada Ironi Pugliesi. Parecer Favorável do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 21) Projeto de Lei 483/95 do Deputado Luiz C. Romanelli. Parecer Favorável do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 22) Projeto de Lei 488/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 23) Projeto de Lei 348/95 do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 24) Projeto de Lei 511/95, do Duílio Genari. Parecer Favorável do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 25) Projeto de Resolução 39/95 do Deputado João Tecchy. O Deputado Relator Antonio Annibelli, requer diligência - DEFERIDO; 26) Projeto de Lei 509/95 do De-

putado Edgar Bueno. Parecer Favorável do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 27) Proposição Veto 35/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente
Ana Lucia Adretta
Secretaria

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado José Tavares e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, Antonio Annibelli, Walmor Trentini, Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Geraldo Cartário, Emerson Nerone, Luis C. Romanelli, Carlos Simões, Caíto Quintana. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei 540/95 do Deputado Nelson Garcia. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 02) Projeto de Lei 539/95 dos Deputados Caíto Quintana e Eduardo Trevisan. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 03) Projeto de Lei 518/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 04) Projeto de Lei 512/95 do Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 05) Projeto de Lei 261/95 da Constituição e Justiça. Parecer Favorável do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Resolução 59/95 do Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 07) Projeto de Lei 531/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 08) Projeto de Lei 541/95 do Deputado Caíto Quintana e Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lucia Adretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente
Ana Lucia Adretta
Secretária

Curitiba, em 12.12.95.

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência, que em virtude do desligamento do Deputado Estadual Carlos Simões do Partido da Frente Liberal, estarei assumindo a titularidade do cargo junto a Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia Legislativa do Paraná, por ser o suplente do Parlamentar precitado no referido Órgão.

Na oportunidade, ratifico meus protestos de alta consideração e apreço.

Cordialmente,

(a) Deputado ELIO LINO RUSCH
Líder da Bancada do PFL

Excelentíssimo Senhor

Deputado Estadual ANIBAL KHURY

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

Curitiba

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 29.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Guimarães, Emerson Nerone, Luiz C. Romanelli, Toti Colaço, José Tavares, Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Walmor Trentini, Élio Rusch, Eduardo Trevisan, Nelson Justus e Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando em seguida à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei 502/95 do Deputado Élio Rusch. Parecer Favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 02) Projeto de Resolução 54/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO com voto contrário dos Deputados Emerson Nerone, Nelson Justus, Walmor Trentini e Luiz C. Romanelli; 03) Projeto de Lei 548/95 do Deputado Toti Colaço. Parecer Favorável do Deputado Cezar Silvestri - APROVADO; 04) Projeto de Resolução 55/95 do Deputado Carlos Simões. Concedido Vistas ao Deputado Emerson Nerone; 05) Projeto de Lei 487/95 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Walmor Trentini requer diligência - DEFERIDO; 06) Projeto de Lei 471/95 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Walmor Trentini requer diligência - DEFERIDO; 07) Projeto de Lei 470/95 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Walmor Trentini requer diligência - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei 495/95 do Deputado Luiz C. Romanelli. Parecer Fa-

vorável do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei 404/95 do Deputado Neivo Beraldin. O Deputado Relator requer diligência (Walmor Trentini) - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei 521/95 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 11) Projeto de Lei 371/95 do Deputado Sérgio Spada. Parecer Contrário do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 12) Projeto de Lei 394/95 do Deputado Péricles de Mello. O Deputado Relator Emerson Nerone requer diligência - DEFERIDO; 13) Projeto de Lei 20/95 do Deputado Neivo Beraldin. O Senhor Presidente coloca em votação a sugestão de que seja transferida a discussão dessa matéria na reunião de amanhã - APROVADO; 14) Projeto de Lei 387/95 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator, Emerson Nerone, requer diligência - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei 475/95 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 16) Proposição Veto nº 40/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei Complementar 144/95 do Deputado José Tavares. Parecer Favorável do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 17) Projeto de Lei 366/95 do Deputado Walmor Trentini. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 18) Projeto de Lei 510/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer Favorável do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 19) Projeto de Lei 533/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 20) Projeto de Lei 527/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 21) Projeto de Lei 538/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 22) Projeto de Lei 530/95 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável do Deputado Cezar Silvestri - APROVADO; 23) Projeto de Lei 493/95 do Deputado Valdir Rossoni. Parecer Favorável do Deputado Cezar Silvestri - APROVADO; 24) Projeto de Lei 550/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 25) Projeto de Lei 549/95 do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 26) Projeto de Lei 502/95 do Deputado Élio Rusch. Parecer Favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

Ana Lucia Andretta

Secretária

13^a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: 01) Projeto de Lei 468/95 do Deputado Duílio Genari. O Deputado Luiz C. Romanelli diz estar sendo violado o princípio constitucional de garantia do patrimônio público e que deve ser preservado. Acredita que seria recomendável que não fosse apoiado nessa Comissão, pois obrigaria o Poder Executivo a reestudar essa matéria e encaminhar uma Mensagem onde poderia até propor a mudança da Lei que está em vigor. O Deputado Eduardo Trevisan solicita a palavra e diz que esse Projeto é muito mal explicado, tanto por parte do autor como do Poder Executivo. Acredita que a Emenda oferecida nessa Comissão pelo Deputado Antonio Belinati tornará o Projeto mais aceitável. O Senhor Presidente esclarece que a Emenda oferecida pelo Deputado Antonio Belinati não faz parte do Projeto, somente as encaminhadas através do Plenário. O Deputado Nelson Justus diz que o Deputado Antonio Belinati deve apresentar Emendas no Plenário. O Deputado Cezar Silvestri questiona a ordem de votação, se primeiro o Projeto, o Substitutivo ou a Emenda posterior. O Senhor Presidente diz que o Regimento Interno determina que coloque-se em votação, primeiro, o parecer do Relator. Uma vez aprovado, fica prejudicada a Emenda do Deputado Antonio Belinati que será acolhida como voto em separado, podendo ser apresentada em Plenário. O Deputado José Tavares diz que reuniu-se com a bancada do seu partido e fecharam questão contra esse Projeto, antecipando sua posição. O Deputado Emerson Nerone faz uma consulta com relação ao artigo 51 § 4º do Regimento Interno, pedindo que seja acolhido. O Senhor Presidente responde que o Relator não está de acordo, prejudicando tal medida. O Deputado Antonio Annibelli diz que não concorda com as palavras do Deputado José Tavares quando ele disse que a Emenda do Deputado Antonio Belinati era intempestiva, pois ela não poderia ter sido apresentada em Plenário, uma vez que o Projeto ainda não saiu dessa Comissão. O Deputado Nelson Justus diz que o Deputado Antonio Belinati apresenta a Emenda intempestivamente no sentido de que ela é inócua, não é na Comissão que deve ser apresentada, mas no Plenário, quando o Projeto estiver na Ordem do Dia, retornando a essa Comissão para analisá-la. O Deputado Antonio Annibelli pergunta se nunca a Comissão de Justiça quebrou o rito, acreditando que essa Comissão é soberana na sua decisão. O Deputado Antonio Belinati, diz que diante

da polêmica que se trava aqui, solicita ao Senhor Presidente a retirada da Emenda, deixando para apresentá-la em Plenário. O Deputado Cezar Silvestri solicita a palavra para manifestar sua posição contrária ao Projeto em discussão (posição do PSDB). O Senhor Presidente encerra a discussão e coloca em votação o parecer do Relator - APROVADO por 08 x 06 votos. O Deputado Antonio Annibelli solicita que conste em ata os nomes dos Deputados contrários ao parecer - Luiz C. Romanelli, José Tavares, Toti Colaço, Antonio Annibelli, Emerson Nerone e Cezar Silvestri. 02) Projeto de Lei 491/95 do Poder Executivo. Diante do avanço da hora, fica transferido o presente Projeto para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretaria

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Antônio Annibelli, Antonio Belinati, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Plauto Guimarães, Toti Colaço, Valdir Rossoni, Walmor Trentini e Ângelo Vanhoni, além da Deputada Ironi Pugliesi. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 491/95, do Poder Executivo. Parecer Favorável às emendas n° 01, 03 e 05, contrário à n° 04, e apresenta subemenda à n° 02, do Deputado Relator Nelson Justus - APROVADO. 02) Projeto de Resolução n° 23/94, da Comissão Executiva. Parecer Favorável à Emenda do Deputado Nelson Justus - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 20/95, do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus, na forma da Emenda Substitutiva em anexo - APROVADO, com voto contrário dos Deputados José Tavares, Emerson Nerone e Luiz Claudio Romanelli. 04) Projeto de Lei n° 546/95, dos Deputados Orlando Pessuti e Milton Puppio. Parecer Favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli - REJEITADO, será designado novo Relator. 05) Projeto de Lei n° 528/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO. 06)

Projeto de Lei n° 408/94, do Deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. Faz-se aqui a retificação da ata da Reunião Ordinária do dia 12.12.95, onde não consta o Projeto de Lei n° 547/95 do Deputado Algaci Túlio que cria o Município de Pontal do Paraná, desmembrado de Paranaguá. Parecer Favorável do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli, Emerson Nerone, Nelson Justus, Basílio Zanusso, Durval Amaral, Walmor Trentini, Élio Rusch, Nelson Tureck, Cezar Silvestri, Geraldo Cartário, Eduardo Trevisan, Orlando Pessuti, Algaci Túlio, Beto Richa, Caíto Quintana, José Maria Ferreira e Ângelo Vanhoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente, deu por aberta a presente reunião, aprovando as atas das reuniões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 468/95, do Deputado Duílio Genari. O Deputado Relator Valdir Rossoni passa a ler as dezenove (19) emendas oferecidas em Plenário, bem como seu parecer na forma do substitutivo em anexo. O Deputado Caíto Quintana, solicita a palavra para dizer que acha válido apresentar um substitutivo, mas não concorda que as emendas não sejam acatadas pela C.C.J., apenas por não acharem conveniente, deve-se sim analisar sua constitucionalidade ou não. Se constitucional, acata-se. O Deputado Luiz Claudio Romanelli solicita que sejam votadas as emendas com relação à sua constitucionalidade. O Senhor Presidente diz que colocará em votação o parecer de acordo com o substitutivo anexo, e encaminhá-lo, caso aprovado em Plenário. O Deputado Antonio Annibelli diz que as emendas não fazem parte do Parecer do Relator. O Senhor Presidente diz que as emendas não serão rejeitadas, o parecer do Relator é claro, na forma do substitutivo, podendo sim rejeitar o substitutivo. O Deputado Antonio Annibelli diz que se não constar

no substitutivo, as emendas ficam prejudicadas. O Deputado Geraldo Cartário diz que a solução será solicitar destaque das emendas e, se aprovadas, passam a acompanhar o Projeto. O Deputado Luiz Claudio Romanelli diz que as emendas são constitucionais e que não podem ser analisadas no mérito pela opinião do Relator, devendo ser votadas pela Comissão preliminarmente. O Deputado Antonio Annibelli, diz que as emendas vieram para essa Comissão para serem analisadas quanto a sua constitucionalidade, individualmente, devendo o Relator dar parecer a cada uma delas, abandonando algumas e acolhendo outras. O Deputado Nelson Justus sugere que conste do Parecer do Relator somente a frase: "as emendas são constitucionais, estando em condições de apreciação pelo Plenário, no entanto, apresentamos um substitutivo em anexo, contrário às mesmas". O Senhor Presidente pergunta ao Relator se no seu parecer consta tal afirmativa. O Senhor Relator Valdir Rossoni responde que sim, passando a lê-lo. O Deputado Luiz Claudio Romanelli pede que se registre em ata que no artigo 142 não fala de substitutivo. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Relator, na forma do substitutivo em anexo - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Antonio Annibelli, Luiz Claudio Romanelli e Emerson Nerone. 02) Projeto de Lei nº 20/95 do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Contrário às emendas do Deputado Nelson Justus, sem prejuízo das mesmas - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 461/95, do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli e Emerson Nerone; 04) Projeto de Lei nº 282/95, do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra, e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Renato Adur, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Basílio Zanusso, Eduardo Trevisan, Nelson Tureck, Walmor Trentini, Cezar Silvestri,

Geraldo Cartário, Valdir Rossoni, Antonio Annibelli, Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch, Nelson Justus, Marcos Alves e Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as atas das reuniões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 461/95, do Poder Executivo. O Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicita a palavra para dizer que concorda com a rejeição de todas as emendas oferecidas a essa matéria e faz um apelo aos Membros dessa Comissão no sentido de que não podem submeter-se à intransigência de técnicos da Secretaria da Fazenda. Sugere sim, analisar emenda por emenda. O Deputado Valdir Rossoni passa a ler o seu parecer contrário às emendas por ferir o Substitutivo ora aprovado nessa Comissão, embora sejam constitucionais. O Deputado Antonio Annibelli questiona quanto ao calendário para pagamento do Imposto e da multa de 30% para pagamento atrasado. O Deputado Cezar Silvestri diz que essa atitude trará um desgaste desnecessário para o Governo e um transtorno para o contribuinte. O Deputado Antonio Annibelli diz que essa multa deve ser diminuída, devendo os Parlamentares não concordar com isso. O Senhor Presidente diz que as emendas receberam parecer contrário, mas são constitucionais e irão a Plenário, onde serão discutidas. O Deputado Renato Adur diz ser melhor já levar uma proposta aprovada por essa Comissão. O Deputado Orlando Pessuti sugere que se destaque algumas emendas. O Deputado Geraldo Cartário sugere que se faça aqui uma emenda com a concordância de todos os Deputados mais ou menos nos parâmetros do Deputado Antonio Annibelli, para que facilite os trabalhos no Plenário. O Deputado Nelson Justus diz ter emendas muito boas e que deveriam ser utilizadas da melhor forma, sugere então, que as emendas sejam acolhidas na sua constitucionalidade, deixando-as em condições de serem remetidas a Plenário e apresenta um Substitutivo Geral. Aprovaríamos o parecer e num acordo de Liderança ouvir algumas sugestões até chegar a um ponto comum, a um acordo. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Relator - APROVADO, com voto contrário dos Deputados - Antonio Annibelli, Renato Adur, Luiz Claudio Romanelli, Toti Colaço e Cezar Silvestri. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 19.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois e novembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Élio Rusch, Florisvaldo Fier, Orlando Pessuti e Albanor Gomes. O Senhor Presidente coloca a Ata da reunião anterior em votação, a qual é aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n° 405/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer Favorável - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 336/95, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado Elio Rusch, Parecer no sentido de ser enviado ao Plenário. 03) Projeto de Lei n° 227/95, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Sugere ao Presidente da Comissão que convide o Secretário da Educação e o Presidente do Conselho Estadual de Educação, para prestarem alguns esclarecimentos a respeito do Projeto citado. Sugere, ainda, que se convide os membros da Comissão de Educação desta Casa, para realizarmos uma reunião conjunta. Os demais Deputados concordaram. O Senhor Presidente acata tal sugestão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Milton Puppio, Florisvaldo Fier, Carlos Simões e Eduardo Trevisan. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 480/95, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 663/95. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer Favorável. APROVADO. Este Parecer foi lido pelo Deputado Eduardo Trevisan. 02) Projeto de Lei n° 498/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer Favorável - APROVADO. Nada mais havendo a tratar

o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 20.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Élio Rusch, Milton Puppio, Orlando Pessuti, Florisvaldo Fier. A seguir, o Senhor Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda a leitura das Atas das reuniões anteriores. O Senhor Deputado Elio Rusch requer a dispensa. O Senhor Presidente defere. As Atas são aprovadas por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 491/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 79/95. Relator Deputado Milton Puppio. Parecer Favorável - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 316/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer Favorável - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 419/95, de autoria do Deputado Beto Richa. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer Favorável - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 485/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 81/95. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 486/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 80/95. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer Favorável - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia,

oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 112/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os depósitos, aplicações, arrecadações e pagamentos dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, inclusive autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Estado, bem como do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, somente poderão ser movimentadas no Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO - e nas instituições financeiras que lhe forem coligadas ou controladas.

Parágrafo Único - Os órgãos citados "caput", deste artigo, deverão:

I - depositar e aplicar no mercado financeiro ou em conta de poupança do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO -, os recursos provenientes de:

a) - garantia em procedimentos licitatórios e em contratos administrativos;

b) - cauções de concessionárias de serviços públicos;

c) - contratos e operações em que figurem como garantes, agentes financeiros repassadores, agentes administrativos ou fiscalizadores, embora terceiros os mutuários ou beneficiados;

d) - fianças que prestarem;

e) - valores à ordem do Poder Judiciário ou que dependam de autorização judicial para liberá-los, salvo àqueles que, em virtude de disposição expressa em lei federal, deva, ser depositados, obrigatoriamente, em instituições oficiais federais: e,

f) - todas e quaisquer obrigações de cuja relação participem e que estiver, temporariamente, em disponibilidade, enquanto estar perdurar

II - deverão promover através do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO -:

a) o pagamento de seus fornecedores e de entidades subvencionadas, ressalvados

os recolhimentos que, em virtude de dispositivo de Lei Federal, deva ser feito em instituição oficial federal;

b) o pagamento de remuneração e benefícios aos seus funcionários e empregados;

c) a transferência de valores correspondentes a receita dos municípios e de recursos, de quaisquer espécie, para entidade de outras praças; e

d) recolhimento de custas, tributos e demais pagamentos efetivado em juízo.

Art. 2º - As cobranças de tributos e das faturas referentes ao consumo de luz, água e esgoto deverão ser feitas, através do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Art. 3º - O Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, poderá credenciar pessoas jurídicas de direito público e privado a receber os valores definidos na presente lei, consignando prazo para que os credenciados efetuem os depósitos, em agência especificada.

Art. 4º - Os dirigentes dos órgãos que não atenderem o disposto na presente lei, além de imediata demissão, ficarão adstritos às sanções previstas nos parágrafos 3º e 5º, do art. 27, parágrafo 3º, do art. 75, da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Competirá ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito de suas atribuições, fiscalizar o cumprimento do determinado na presente lei, aplicando-se, também, no que couber, o que dispõe o art. 76 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 5º - A presente lei será regulamentada através do decreto do Executivo, objetivando disciplinar a matéria.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.05.95.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

Relator: ilegível

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, dada em que o Deputado Walmor Trentini

apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 365/95, 370/95 e 446/95, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS
Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 365/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Vileiros, Município de Palmeira, com sede e foro neste Município do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.10.95.

(aa) NELSON JUSTUS
Presidente
Relator: ilegível

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 370/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.10.95.

(aa) NELSON JUSTUS
Presidente
Relator: ilegível

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 446/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1.994, no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais), nos termos dos Anexos I e III.

Curitiba, quinta, em 29.02.96

Art. 2° - Os recursos para a cobertura do crédito suplementar de que trata esta lei são provenientes do cancelamento de dotações, de igual importância, na forma dos Anexos II e IV.

Art. 3° - Em decorrência do disposto nesta lei, o Demonstrativo da Receita fica alterado na forma dos Anexos V, VI, VII e VIII.

Art. 4° - O ajuste no Programa de Obras constante do Anexo VI da Lei Orçamentária para 1995 será procedido na forma do anexo IX, que faz parte integrante desta lei.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.11.95.

(aa) NELSON JUSTUS
Presidente
Relator: ilegível

COMISSÃO DE REDAÇÃO
13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata de reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 383/95, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer: Já tendo sido realizado plebiscito no último dia 03 de dezembro e como a população se manifestou favoravelmente pela criação do Município, o relator apresentou redação retirando a expressão "ad-referendum" e a idéia inicial de alterar a Lei n° 9.350. APROVADO. Projeto de Lei n° 428/95, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Walmor Trentini. Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS
Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 383/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Carambeí, desmembrado dos Municípios de Castro e Ponta Grossa, com as divisas que especifica:

Iniciando na foz do Rio Cotia, junto a margem direita do Rio Tibagi, na latitude de 24°46'40"S e 50°18'12"W (GRW), segue o citado Rio Cotia acima, até a foz do Rio Arroio Maria Leme, na confrontação com o Município de Tibagi. Daí, segue o Arroio Maria Leme acima até sua nascente e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, segue ao longo desta até o divisor d'água, junto a estrada municipal, daí segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o Rio São João, segue o Rio São João abaixo até a barra de um arroio após a Fazenda Engenho, daí segue este arroio acima até sua cabeceira, daí segue a linha reta, cruzando a rodovia e a ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí segue este arroio abaixo até sua barra, junto ao Rio Jutuba, daí segue o Rio Jutuba, até a foz do Arroio Bonsucesso e subindo por este a cabeceira de um afluente da margem direita, segue por linha seca até a cabeceira de um afluente abaixo até o Rio Pitangui, segue

o Rio Pitangui abaixo até a represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí segue pela Represa dos Alagados, até a barra do Rio Moquem, afluente ao lado direito junto ao alagado, deste segue em uma linha seca até a nascente do Arroio da Caixa D'Água, daí segue o lageado da Caixa D'Água abaixo até a sua barra junto ao Rio Pitangui sempre confrontando com o Município de Ponta Grossa. Daí segue o Rio Pitangui abaixo até alcançar a foz do Rio Congonhas, segue este acima até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, segue em linha reta até a cabeceira do Arroio Barbado e segue este abaixo até a sua foz junto ao Rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí segue com o Rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

Relator: ilegível